

SENSO COMUM E AGÊNCIA EPISTÊMICA

COMMON SENSE AND EPISTEMIC AGENCY

Lucas Trentin Rech¹

RESUMO

O presente trabalho contrasta duas categorias de fundo metodológico bastante diverso: i) Agência Epistêmica, positivismo idealista; ii) Senso Comum, materialismo histórico-dialético. Através da metodologia marxiana, presente no texto do filósofo, e ex dirigente do partido comunista italiano, Antonio Gramsci, demonstram-se as fraquezas da categoria positivista, incluída nesse trabalho no campo neokantiano. O desnudar dos falsos conceitos demonstra a impossibilidade da afirmação da agência epistêmica, como categoria, sem o uso de dogmas. O contraste entre agência epistêmica e senso comum se mostra bastante didático na compreensão dos problemas causados quando da utilização do método neokantiano, apesar da completa divergência entre os métodos empregados.

Palavras Chave: Agência Epistêmica. Senso Comum. Antonio Gramsci. Epistemologia das Virtudes.

ABSTRACT

This paper opposes two methodological diverse philosophical categories: Epistemic Agency, positivist and idealistic; Common Sense, materialism historic-dialectic. Trough Marxian methodology, used in Antonio Gramsci's texts, this work shows the weakness of the analyzed positivist category. In the end, we see that, as category, epistemic agency cannot exists if not with the use of dogmas. The opposition between epistemic agency and common sense turns to be interesting to the comprehension of the problems within the neo-kantian method uses.

KeyWords: Epistemic Agency. Common Sense. Antonio Gramsci. Virtues Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é teorizar a respeito da existência, ou não, de *agência epistêmica no senso comum*. O senso comum que tomaremos em conta, quando da análise, é o senso comum tal como descrito por Antonio Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, e que será exposto na primeira seção desse escrito. Já o conceito de agência epistêmica advém de um debate contemporâneo, e predominantemente anglo-saxão. Isto é, um conceito surgido a partir de uma filosofia neokantiana e neo-positivista.

Embora o leitor possa criticar, e eu tendo a concordar com a crítica, que há uma completa impossibilidade de debater um conceito neokantiano em uma categoria materialista-histórico-dialética, uma das nuances aqui posta é justamente demonstrar a limitação do conceito neokantiano quando em confronto com acepções histórico-sociais da condição humana. A

¹ Doutorando em Economia no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Bahia. luksrech@hotmail.com

comunidade epistêmica anglo-saxã foca hoje o seu debate em torno da “epistemologia das virtudes”, uma quase-escola de pensamento, que já possui elementos contraditórios e membros discordantes, e por isso, aparece como uma teoria rica e explicativa.

O que acredito e buscarei demonstrar nesse artigo, é que a “epistemologia das virtudes” é uma corrente do pensamento epistemológico que aparece como rica, mas é, essencialmente, uma corrente conceitualmente pobre e, por isso, para a compreensão, e utilização, de determinadas categorias o dogmatismo torna-se uma obrigação. As duas categorias principais, me parecem, a partir de um confronto com Sosa e Baehr (2015)², Zagzebski (2012; 2013), Elgin (2013), Frickey (2006) e Pritchard (2014), são a *agência epistêmica* e a *autonomia intelectual*. Destarte é possível afirmar que não há uma concordância plena entre os autores e, os marcos teóricos destas duas categorias permanecem em debate. Todavia, é bastante claro que, a ideia de autonomia, que não discutiremos aqui com a devida profundidade, é bastante esvaziada quando da admissão das diversas heteronomias que constituem essa autonomia. Essencialmente, é uma categoria bastante idealizada e com pouca consonância no mundo real. Discutir uma autonomia a partir de um ser humano “natural”, com características “essenciais” é voltar ao que houve de mais pobre na filosofia de Kant³, e não em superá-lo. Esquecendo um pouco a “autonomia” como uma virtude categórica, e retomando ao centro do texto, a epistemologia das virtudes exclui de sua filosofia qualquer evolução ontológico-dialética. Não só o homem é “natural”, também as virtudes são, ou devem ser, inerentes a ele. É um ponto bastante delicado, principalmente quando alguns membros dessa “comunidade epistêmica” buscam escrever sobre pedagogia e métodos normativos para a formação do conhecimento. Isso porque, aqui, exigir-se-iam uma série de desdobramentos ontológicos e a sumária desnaturalização do homem. Ao não serem capazes de fazê-lo, os epistêmicos anglo-saxões acabam criando, penso, conceitos cada vez mais abstratos. A busca de algumas correções pode ser notada na literatura de Zagzebski⁴, que busca mediar as categorias, lhes tirando o peso, relativizando-as, mas conseqüentemente, esvaziando-as por completo.

Por fim, antes de entrarmos no objeto do texto, ressalta-se que o tema proposto não diz respeito ao “valor epistêmico” presente no senso comum, mas sim, à existência, ou não, de agência epistêmica neste. As categorizações de agência epistêmica não são homogêneas entre

² O texto é referência a um capítulo compartilhado por Sosa e Baehr (2015), incluído no livro organizado por Alfano (2015), todas as referências a estes dois autores presentes neste artigo, referem-se ao mesmo texto, ainda que apareçam separadas, isso é necessário para que compreenda-se que estão travando um debate.

³ Como afirma Coutinho (2010, p. 30) Kant é transformado em um “positivista vulgar pelos neokantianos”.

⁴ Como exemplo, ver ZAGZEBISKI (2013)

os autores, então, fica o leitor avisado que usar-se-á, principalmente, as formas-definições categóricas de Sosa (2015) e Elgin (2013).

2 SENSO COMUM

Em primeiro lugar, cabe o destaque de que Antonio Gramsci, durante sua trajetória intelectual, esteve sob influência do pensamento de Benedetto Croce – mesmo que ele empreenda um grande esforço para superá-lo, não significa que este pensamento não o tenha influenciado – acreditava, e afirmava, que todo homem é um filósofo:

É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças. Superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore”. (GRAMSCI, 1999, p. 93, C11 §12).

Isso implica, em primeiro lugar, que todo homem é capaz de conhecer, e ao seu modo, formar uma determinada concepção do mundo. Mas, e aqui está o ponto que será discutido nesse trabalho, nem todo o pensar ocorre com o “trabalho do próprio cérebro”. Se todos são “filósofos” e concebem ao seu modo o mundo, chega-se ao seguinte problema:

é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos são automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou província, pode se originar na paróquia, e na “atividade intelectual” do vigário ou do velho patriarca, cuja “sabedoria” dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria peculiaridade? (GRAMSCI, 1999, p. 93, C11 §12)

O senso comum, em Gramsci (1999), reflete claramente a primeira metade da pergunta, isto é, um “pensar” não necessariamente consciencioso. Todavia, dialeticamente, Gramsci (1999) destaca que este “pensar” só é possível quando se é parte do mundo consciente. Mais adiante, na mesma nota, Gramsci (1999) afirma que a filosofia é uma ordem intelectual, e que o senso comum não pode sê-lo. Para ele “senso comum é um nome coletivo, como “religião”: não existe um único senso comum, pois também ele, é um produto do devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum”.

Além disso, nas massas, a filosofia, isto é, o senso comum, é vivida como uma fé:

Que se pense, ademais, na posição intelectual de um homem do povo; ele elaborou para si opiniões, convicções, critérios de determinação e normas de conduta. Todo aquele que sustenta um ponto de vista contrário ao seu, enquanto é intelectualmente superior, sabe argumentar as suas razões melhor do que ele e, logicamente, o derrota na discussão. Deveria, por isso, o homem do povo mudar de convicções? E apenas porque, na discussão imediata, não sabe se impor? Se fosse assim, poderia acontecer que ele devesse mudar uma vez por dia, isto é, todas as vezes que encontrasse um adversário ideológico intelectualmente superior. Em que elementos baseia-se então a sua filosofia? E, especialmente, a sua filosofia na forma que tem para ele maior importância, isto é, como norma de conduta? O elemento mais importante, indubitavelmente, é de caráter não racional: é um elemento de fé. (GRAMSCI, 1999, p. 109, C11 §12)⁵

Mas esta fé, não é uma fé “natural”, ou seja, não está consigo desde o nascimento. É uma fé adquirida socialmente, é a “fé” do, e no, seu grupo social, e portanto, quando confrontado por um adversário superior “o homem do povo pensa que tantos não podem se equivocar tão radicalmente [...] Ele não se recorda concretamente das razões apresentadas e não saberia repeti-las, mas sabe que elas existem, já que ele as ouviu expor e ficou convencido delas. O fato de ter sido convencido uma vez, de maneira fulminante, é a razão da permanente persistência na convicção, ainda que não saiba argumentar” (*Idem*). Portanto, o senso comum em Gramsci é dogmático e “ávido por certezas peremptórias”.

Em Gramsci (1999), o indivíduo, nunca apartado de um meio social historicamente determinado, possui crenças que julga serem verdadeiras, mas para elas, não possui justificção. A justificção nem mesmo é buscada pelo indivíduo, já que, sua crença é a crença de seu meio social.

3 AGÊNCIA EPISTÊMICA

Começando por Sosa (2015), as virtudes agenciais, isto é, o que define a agência epistêmica, é mais que as nossas meras capacidades físico-imediatas, como visão, tato, memória, etc. Sosa (2015) admite, em um debate com Baehr (2015), que diferente dos *responsabilistas*, ele, um *confiabilista*, atribui à agência epistêmica um lugar de honra. Sosa (2015), de certo modo, afirma que existem mecanismos de formação de crenças, e mesmo estes, que formariam crenças não advindas da introspecção, mas sim das percepções sensoriais, fazem parte do nível “reflexivo” e não “animal”.

⁵ Talvez, Gramsci fosse útil para desofuscar o confuso debate, em torno da epistemologia da virtude, sobre discordância epistêmica, e também sobre testemunho.

Essa distinção de Sosa (2015) é bastante confusa e é, por isso, o objeto da crítica de Baehr (2015) no debate em questão. Para Baehr (2015), Sosa (2015) não é capaz de deixar claro o papel da agência epistêmica no confiabilismo. Mas ora, se no nível reflexivo estão inseridas as crenças perceptuais, a distinção entre o que Sosa (2015) caracteriza como nível animal e nível reflexivo é praticamente imperceptível. Veja, um cachorro domesticado, perceptualmente, é capaz de “saber” quando seu dono está chegando em casa, que ele não deve pegar a comida de cima da mesa, não deve fazer xixi na sala, etc.; portanto, ao imputar uma certa agência epistêmica na formação das crenças perceptuais, Sosa (2015), aproxima bastante a “agência humana” da “agência animal”.

Todavia, ele se defende:

Does virtue reliabilism leave out agency? Does it at least leave out the conscious, intentional, volitional agency that is involved in deliberation and in conscious pondering, or weighing of reasons? Not at all; at most, the animal side of virtue reliabilism would be guilty of such negligence if it aspired to be an account of all human knowledge. But it has no such ambition. Rather, it has always been joined to an account of the more distinctively human sort of knowledge, the reflective sort. (SOSA, 2015, p. 66).

Daqui, podemos compreender que, em sua defesa, Sosa (2015) descarta a afirmação anterior, isto é, que existe agência epistêmica nas formações perceptuais de crenças. Aqui, parece bastante enfática sua defesa da existência de agência epistêmica quando, e só quando, do conhecimento reflexivo. Entretanto, a despeito desse parágrafo o restante do texto parece focar novamente nas crenças perceptuais, e ser uma longa defesa da agência epistêmica nestas crenças⁶. Contudo, apesar da confusão estabelecida no texto, ao final, Sosa (2015) busca deixar clara sua posição quanto ao conhecimento, e por consequência quanto à agência epistêmica. Em Sosa (2015, p. 73), *só existe conhecimento quando há a intenção do agente, ou seja, a agência epistêmica, de estar certo*. De outro modo, não pode ser creditado ao agente o conhecimento.

⁶ Aqui, um exemplo bastante confuso: “How can we find out? We might of course just open the lid. In pursuit of this objective we will then exercise certain competences, perhaps even character traits (if the box is locked, or the lid stuck), such as persistence and resourcefulness. And perhaps these qualities (in certain contexts, and in certain combinations) do lead us reliably to the truth. Nevertheless, the exercise of such intellectual virtues need not and normally will not constitute knowledge, not even when that exercise does indirectly lead us to the truth. Contrast what happens when we manage to open the lid and look inside. Now we may immediately know the answer to our question, with a perceptual How Are Virtues Related? belief—say, that there is a necklace in the box—which manifests certain cognitive competences for gaining visual experience and belief. Perhaps this complex, knowledge-constitutive competence first leads to things seeming perceptually a certain way, and eventually to the belief that things are indeed that way, absent contrary indications. A belief manifesting such a competence, and crucially, one whose correctness manifests such a competence, does constitute knowledge, at a minimum animal knowledge, perhaps even full-fledged knowledge (including a reflective component).” SOSA, 2015, p. 68.

Na visão de Elgin (2013), por sua vez, a agência epistêmica é compreendida a partir da visão responsabilista. Isso implica, em primeiro lugar, a imputação de responsabilidade ao indivíduo. Portanto, em Elgin (2013), não há um comportamento puramente autônomo nem um comportamento completamente heterônomo, isso porque: “*Real people (being neither holy wills nor robots), are capable of, and presumably engage in, both sorts of behavior [...] it is because people have the capacity for both autonomous and heteronomous behavior that we can be held responsible for what we do*” (Ibid., p. 140). Todavia, para a autora, as crenças não são postas ao indivíduo, são por esse processadas, julgadas, e aceitas ou não: “*he develops and deploys a variety of methods, mechanisms, heuristics and habits that enable him to credit or discredit wide swaths of inputs efficiently*” (Ibid., p.142).

Com isso, o pensamento de Elgin (2013) se distingue enfaticamente do pensamento de Ernst Sosa. Primordialmente no que diz respeito as crenças perceptuais, já que, em Elgin (2013), simplesmente não podem existir. Isso não quer dizer que em suas mediações elas não apareçam, ou seja, que ela deflagre verbalmente a completa inexistência de uma “*estrutura*”. Todavia, a forte presença de dogmas neokantianos em seu pensamento, faz que, essencialmente, desapareça por completo a “*estrutura social*”. O ser humano em Elgin (2013), embora não formalmente, é em essência apartado de um meio social, um ser isolado e naturalizado. Sem embargo, é um retrocesso ao que há de mais pobre na filosofia de Kant.

Concluo, que a agência epistêmica tem duas leituras majoritárias dentro da “*epistemologia das virtudes*”: A visão confiabilista, que opõe as crenças perceptuais às crenças reflexivas; e a visão responsabilista, onde não há essa oposição. Logo, em Elgin (2013), quando o ser-humano não coloca a mão no fogo, há *reflexão* e não *reflexo*.

4 SENSO COMUM E AGÊNCIA EPISTÊMICA

Dado o que foi exposto, conclui-se: 1) A agência epistêmica como categoria não é um ponto passivo dentro da “*epistemologia das virtudes*”. Como posto na seção anterior, há uma cisão no entendimento de reflexo e reflexão, o que, por fim, opõe fortemente Sosa (2015) e Elgin (2013), representando aqui o desacordo entre *confiabilistas* e *responsabilistas*.

2) O senso comum, em Gramsci (1999), implica na não existência de reflexão, por isso, assemelha-se a aceitação da fé. A existência clara de estrutura e superestrutura permite ao filósofo italiano uma leitura apurada do *processo* de formação das crenças do “homem do povo”. A permissão desta conclusão, pelo italiano, se dá, sobretudo, pela escolha do método marxiano na análise. Por partir do coletivo de indivíduos, e não do indivíduo isolado, é que o

italiano pode distinguir as ações reflexivas das ações condicionadas, isto é, executadas sem a mediação da razão.

3) A naturalização do homem na “epistemologia das virtudes” impede a mediação necessária entre estrutura e superestrutura. Se em Sosa (2015) e Zagzebsky (2012) há uma clara, e louvável, busca de mediação entre o indivíduo e seu meio social, o resultado é um inevitável esvaziamento categórico. A agência epistêmica desaparece em Sosa (2015) do mesmo modo que desaparece a autonomia em Zagzebsky (2012). Isso porque, a categoria, como descrita, só faz sentido quando o dogmatismo é levado a frente, como em Elgin (2013). O agente epistêmico “responsável”, para o nome fazer sentido, precisa, inexoravelmente, estar apartado de um meio social qualquer. Suas características devem ser inerentes, e justamente por isso, ao buscar uma mediação, Sosa (2015) acaba esvaziando o conceito. Enfatiza-se aqui que, o louvável esforço dos autores, na mediação categórica, não encontra resultado satisfatório pela limitação do método filosófico empreendido. 4) Estão na filosofia da práxis os elementos necessários para que os filósofos encontrem melhores resultados. A análise do ser-humano como um constructo social, por exemplo, permite, não só a compreensão do conceito *homem* como um devir, mas também, a importante separação do *homem* em classes. De maneira bastante simples, em Gramsci (1999), há classe dirigente e classe dirigida. Apenas à classe dirigente cabe a formação da filosofia, isto é, a elaboração de uma teoria coesa e explicativa sobre a ordem das coisas, que inclua normas éticas e de costume. À classe dirigida cabe apenas a aceção dessas crenças que, sem reflexão, constituem o senso comum⁷.

Por fim, 5) só pode existir agência epistêmica no senso comum nos termos categóricos de Elgin (2013). Como julgo inaceitável a ideia de que as crenças perceptuais, animais, possam ser fruto da reflexão, logo, afirmo que não há agência epistêmica no senso comum. A devida mediação entre reflexo e reflexão não pode ser ignorada, com risco de ignorarmos a maior parte da literatura filosófica clássica. Quando feita a devida mediação, é possível separar condicionamento de condição. O senso comum é um condicionamento social

⁷ Grande parte da obra de Marx é dedicada, justamente, à busca desta mediação. Ou seja, como pode a classe trabalhadora tomar em suas mãos o seu destino, e não mais depender dos desejos da classe burguesa. Por entender o papel das ideologias nas ações individuais, Marx, juntamente com Engels, se dedica a escrever uma nova filosofia, completa, e independente da filosofia burguesa. A esta filosofia nova, Gramsci nomeia, a partir de suas leituras de Labriola, *Filosofia da Práxis*. Durante sua obra, Gramsci, busca encontrar formas de introduzir, ao nível do senso comum, as ideias e percepções da Filosofia da Práxis. Sem embargo, para ele, não há possibilidade revolucionária sem a aceção das ideias revolucionárias por parte da classe dirigida. A dificuldade na transmissão da mensagem encontra-se no poder, na propriedade, dos aparelhos privados (mas também o Estado Burguês) de construção ideológica. Por isso, para ele, os intelectuais devem assumir o papel de classe dirigente ideológica no processo pré-revolucionário. Veja, que aqui, ainda há uma classe dirigente e uma classe dirigida, e continua cabendo a classe dirigida a aceção das crenças de maneira não reflexiva.

do indivíduo, e a libertação, isto é, a possibilidade irrestrita de liberdade para todos os homens, só é possível com o fim da divisão classista da sociedade. Por isso, em Gramsci, ao longo dos *Cadernos*, o rompimento estrutural é necessário para a existência das condições reflexivas à todos.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

ELGIN, C. “Epistemic Agency”. In: **Theory and Research in Education**, Vol. 11, N. 2, 2013, pp. 135–152.

FRICKER, E. (2006). “Testimony and Intellectual Autonomy”. In: Sosa, E. & Lackey, J. (eds.). **The Epistemology of testimony**. Oxford: Oxford University Press, pp. 225-251

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, Volume 1**. Edição Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1999.

HITOMI, A.H. As formas sociais de consciência: O pensamento de Antonio Gramsci. **Revista Transinformação**, Vol. 8, n.1, 1996, pp. 31-51.

SOSA, E.; BAEHR, J. “How Are Virtue and Knowledge Related?”. In: Alfano, M. (ed.) **Current Controversies in Virtue Theory**. New York, London : Routledge, 2015, pp. 61-90.

PRITCHARD, D. **What is this thing called knowledge**. Third Edition, London: Routledge, 2014.

ZAGZEBSKI, L. “The Rejection of Epistemic Authority”. In: **Epistemic Authority: A Theory of Trust, Authority, and Autonomy in Belief**. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 4-28.

_____. **INTELLECTUAL AUTONOMY**. Philosophical Issues, 23, Epistemic Agency, 2013.